



Caros senhores,

A **Associação República e Laicidade** decidiu dirigir-se aos partidos concorrentes às eleições legislativas de 5 de Junho próximo com o objectivo de conhecer, e posteriormente divulgar junto da opinião pública, o posicionamento dos candidatos perante as questões da República e da Laicidade.

Gostaríamos, portanto, que se pronunciassem sobre as seguintes questões (às quais agradecemos resposta para o endereço geral@laicidade.org).

1. Os valores republicanos e laicos são estruturantes da acção política do CDS-PP? Que questões o CDS-PP considera prioritárias para aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos perante o Estado, tomando como referências a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico?

2. O CDS-PP considera que deve ser revogada a devolução do IVA de que beneficiam as comunidades religiosas radicadas (nº1 do artigo 65º da Lei 16/2001), e a Igreja Católica (artigo 1º do Decreto-Lei 20/90), e que se aplica a bens, móveis ou imóveis, destinados única e exclusivamente ao culto religioso?

3. O Estado remunera, por funções estritamente religiosas, centenas de «assistentes religiosos» equiparados a funcionários públicos nos hospitais, nas forças armadas, nos estabelecimentos prisionais e nas forças de segurança. O CDS-PP concordaria que essa remuneração passasse a ser da exclusiva obrigação das comunidades religiosas?

4. O CDS-PP considera que devem ser mantidas as isenções fiscais, respeitantes a bens imóveis, de que beneficiam as comunidades religiosas inscritas

(artigo 32º da Lei 16/2001) e a Igreja Católica (artigo 26 da Concordata), concretamente os impostos patrimoniais e sobre a aquisição e transmissão de propriedade?

5. Desde 2005 que a **Associação República e Laicidade** tem pedido, sem sucesso, que o Ministério da Educação indique claramente que na Escola Pública não devem existir símbolos religiosos permanentes, e que não devem aí ter lugar cerimónias religiosas rituais. O CDS-PP é favorável a uma tal circular?

Ricardo Alves (Presidente da Direcção)

Associação República e Laicidade

Lisboa, 12 de Maio de 2011